

Em defesa da nação, da democracia, do desenvolvimento e dos direitos sociais: desafios e perspectivas para a esquerda brasileira

Edilson José Gracioli<sup>1</sup>.

## Introdução

Analisar concretamente as situações concretas (Lênin) é sempre um caminho necessário e difícil, pois, de um lado, a tantas formas de idealismo e irracionalismo se somam, de outro, requentadas manifestações de esquerdismo e de negligência para com as determinações presentes em cada conjuntura, entre as quais o lugar ocupado pela própria esquerda.

Penso ser desnecessária uma incursão ao significado original da expressão esquerda (o que nos remontaria à Revolução Francesa e à divisão estabelecida na Assembleia Nacional, relativamente aos partidários do rei em contraposição aos favoráveis à revolução), bem como a uma detalhada caracterização do espectro coberto pela síntese que a categoria esquerda comporta. Basta, a meu ver, registrar que, em linhas gerais, ideologias (em sentido amplo, qual seja, visões de mundo, representações ou concepções políticas que visam à direção intelectual moral e política – Gramsci), partidos, movimentos sociais e agendas de mobilização que se contraponham - teórica e praticamente, com maior ou menor ênfase numa direção reformista, ou revolucionária – à ordem contemporânea do capital se inserem, a meu ver, nesse campo.

Esta intervenção no debate proposto pelo blog *marxismo21* se sustenta na militância teórica e prática de longa data que venho desenvolvendo, bem como nas formulações do Partido Comunista do Brasil, notadamente nas de seu Programa e no projeto de Resolução que vem sendo discutido em função do 14º Congresso do PCdoB, realizado ao longo de 2017<sup>2</sup>, cujo momento de deliberação máxima se dará entre 17 e 19 de novembro próximo. Falarei, portanto, de lugares e inserções políticas que têm constituído, para mim, instrumentos de atuação política.

---

<sup>1</sup> Professor de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal de Uberlândia; Presidente do Comitê Municipal do PCdoB; Membro do Comitê Estadual-MG do PCdoB.

<sup>2</sup> O Programa do PCdoB pode ser encontrado em <http://pcdob.org.br/programa/>; o projeto de Resolução em debate no 14º Congresso do PCdoB está disponível em <https://pcdob.org.br/noticias/14o-congresso-do-pcdob-resolucoes-aprovadas-pelo-comite-central/>.

## *Uma conjuntura de retrocessos quanto a direitos civis, políticos e sociais*

A presente confluência de circunstâncias se dá em meio a determinações estruturais ainda de forte influência do neoliberalismo, cujo núcleo de medidas pode ser identificado como o que preconiza e empreende desregulamentação de direitos sociais (aqui incluídos os trabalhistas e previdenciários), um intenso programa de privatizações e abertura comercial e financeira, nos marcos dos interesses dos países capitalistas centrais e de grandes corporações transnacionais<sup>3</sup>.

Se esse é o enquadramento mais geral, ou a causalidade posta mais imediata (o neoliberalismo é a forma de ser do capitalismo contemporâneo), a conjuntura reúne circunstâncias de claros retrocessos políticos, com avanço de forças marcadas pelo fundamentalismo religioso, pela sacralização da política e da vida social como um todo (do futebol às eleições; das “explicações” sobre concentração de renda e riqueza à defesa de modelos únicos de família e de normatividade quanto à orientação sexual), por diversas e graves manifestações de intolerância (LGBTfobia, por exemplo), de ideologias antipartidárias, de criminalização da política e de censura à liberdade de expressão artística e cultural.

Essa amálgama de ofensivas contra direitos civis e políticos constitui o ovo do fascismo em curso. Talvez possamos, no caso brasileiro, identificar nas manifestações de junho de 2013 o momento de inflexão mais evidente nessa direção. Iniciadas com uma pauta vinculada à luta por mobilidade urbana e a um questionamento quanto ao sistema político, tais manifestações foram, em seus primeiros dois ou três dias, duramente reprimida e criminalizadas pelo aparelho repressivo de Estado e pela mídia. Posteriormente, a isso se deu lugar a uma apropriação e ressignificação, de forma que se converteram em marchas e atos em que o ovo do fascismo trouxe à luz do dia seus rebentos, dentre os quais um *impeachment* desprovido do requisito essencial – o tipo de crime que o justificaria.

---

<sup>3</sup> Sobre o neoliberalismo e seu núcleo de medidas há de se consultar, entre outros, BOITO Jr., Armando. (2002). “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”. In: Revista *Ideias*, 2: 13-48. Campinas: Gráfica IFCH/Unicamp. (Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil); MORAES, Reginaldo. (2001). *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora SENAC. (série Ponto Futuro: 6); SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). (1999). *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Parcela da esquerda viu em junho de 2013 uma versão brasileira de uma suposta “primavera árabe”, revelando sua desinformação, ou, pior, sua miopia política, seja em relação ao que houve em meados daquele

ano, seja quanto ao chamado mundo árabe. Lá, a alegada primavera se mostrou um inverno; por aqui, as máscaras ocultavam interesses que vêm se mostrando cada vez mais ofensivos contra direitos sociais (como a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos nas áreas sociais por vinte anos; a reforma trabalhista e a iminente reforma previdenciária), soberania nacional, democracia e desenvolvimento<sup>4</sup>.

### *Desafios eleitorais à esquerda brasileira*

Não se pode, rigorosamente, afirmar que as eleições em 2018 estejam garantidas. Um golpe ainda possível dentro de tantos golpes a que assistimos é o do adiamento (eufemismo para cancelamento) das eleições no ano que vem. Se o calendário eleitoral, no entanto, for mantido, os desafios postos à esquerda quanto a esse tipo de disputa não são pequenos.

É inegável que Lula possui o mais robusto patamar de intenção de votos (algo próximo a 35%) na corrida presidencial. Mas a onda “volta-Lula” que se forma a partir disso padece de muitas dificuldades.

A primeira delas é a incerteza de que Lula poderá ser candidato, ou se, o sendo, chegará ao final da eleição como candidato. A operação Lava-Jato possui, indubitavelmente, uma seletividade em seus procedimentos, aos quais se acrescentam arbitrariedades, entre elas a da busca incansável da inelegibilidade de Lula, empreendida com base na tese do domínio do fato, à revelia da presunção de inocência e do inalienável ônus da prova à parte acusadora. Tal intento está prestes a ser obtido com a confirmação, em segunda instância, da sentença proferida pelo juiz Sérgio Moro quanto a um dos processos – sem prova, diga-se de passagem – responde no âmbito dessa operação, concebida à imagem e semelhança da “Mãos Limpas”, cujo desfecho foi Silvio Berlusconi.

---

<sup>4</sup> Naquele momento, um grupo de professores, técnicos-administrativos e estudantes da UFU elaborou e divulgou o *Manifesto Grupo Não Usamos Máscaras* que, em linhas gerais, infelizmente, viu sua análise confirmada nos anos seguintes. Esse manifesto está disponível em <https://www.ipetitions.com/petition/manifesto-grupo-nao-usamos-mascaras>.

A onda “volta-Lula” sobre, também, de um conveniente lapso de memória, pois prefere, deliberadamente, não considerar para algo há muito consagrado nas análises eleitorais: mais do que para a intenção de votos, deve-se olhar para a rejeição que uma virtual candidatura, ou candidatura, possui. No caso de Lula, as pesquisas apontam para um percentual de 45 pontos de rejeição, o que, se não alterado, coloca qualquer candidato que com ele venha a disputar um segundo turno como muito próximo de uma vitória. Lulistas, dentro e fora do PT, negligenciam esse dado e preferem se mover por uma infundada perspectiva de que Lula é o favorito para 2018.

Mas a maior dificuldade dessa onda é a ausência, ou ocultação, de projeto, de dimensão programática. Lula, sem dúvida, possui expressão eleitoral maior do que a de seu partido, a exemplo de todos os demais partidos. Isto é um problema.

Lula se irritou, publicamente, com uma reunião em que lideranças do PT dialogaram com dirigentes do PSOL e movimentos de esquerda sobre uma candidatura que não a sua<sup>5</sup>.

Lula sonoramente ignora aliados históricos e de primeira hora, desdenhando eventuais candidaturas do PDT (Ciro Gomes, certamente) e do PCdoB.

Lula diz que, agora, o que falta a Meirelles é direção. Lula, portanto, desconsidera que a política de Meirelles é a direção do documento *Uma ponte para o futuro*<sup>6</sup> e do governo ilegítimo de Michel Temer.

Lula, por fim, não quer e não precisa de um programa de governo construído coletivamente por possíveis aliados. Lula quer voltar e retomar programas sociais que, sem dúvida, tiveram importância para a parcela de menor poder aquisitivo, para a franja da pirâmide socioeconômica, mas que mantiveram intocável a concentração de riqueza e conviveram com uma política econômica de predominância do rentismo, recusa a uma reforma tributária de taxação das grandes fortunas e de progressividade nos tributos (claramente alinhadas com o neoliberalismo), ao lado de uma contemplação orçamentária quanto aos segmentos mais empobrecidos das classes trabalhadoras e de políticas de ampliação da presença do Estado (por exemplo, com o BNDES e a

---

<sup>5</sup> Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1894935-articulacao-de-petistas-e-psol-irrita-ex-presidente-lula.shtml>.

<sup>6</sup> Cf. [http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15-Online.pdf](http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf).

expansão do sistema público federal no ensino superior, aumento do emprego formal e no setor público), algo que, decididamente, não pode ser classificado como neoliberal.

O PT parece não querer abrir mão de seu exclusivismo na cabeça de chapa do campo de esquerda e centro-esquerda. Este é um caminho certo ou para a derrota eleitoral, ou, mais grave ainda, para uma derrota política, mesmo em caso de sucesso nas eleições.

Parece-me, assim, correto e necessário que haja candidaturas outras desse campo, como as de Ciro Gomes (PDT, talvez em aliança com o PSB), PSOL, PCdoB (que tem declarado pretender ser protagonista em 2018, inclusive com o horizonte de candidatura própria), além dos caminhos a serem tomados pela Rede. A questão, portanto, nos remete ao conteúdo programático dessas candidaturas, aspecto do item à frente.

*Em defesa da nação, da democracia, do desenvolvimento e de direitos sociais*

As relações imperialistas e da correlata dependência entre centro e periferia do capitalismo<sup>7</sup> continuam presentes na contemporaneidade e nelas encontramos muito do significado do golpe político representado pelo *impeachment* que depôs Dilma Rousseff e das afrontas a direitos sociais que a ele se seguiram.

O modelo de exploração do pré-sal (partilha) foi, desde o início, alvo do governo de Michel Temer, que vem substituindo-o pelo modelo de concessão, inaceitável quando se trata de uma real reserva petrolífera, e não de expectativa de sua existência.

O bloco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) constituiu uma importante experiência de articulação econômica e geopolítica, evidentemente de contraponto aos interesses dos EUA e de outros países capitalistas centrais. O recuo nessa articulação, por parte do governo golpista, se insere no contexto do entreguismo em curso, no qual recursos naturais, privatizações e toda uma agenda nucleada pela teoria das vantagens comparativas produzem crimes contra a soberania nacional.

---

<sup>7</sup> Em tempo: de Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini encampo a teoria da dependência a que me refiro, não a de Cardoso e Falleto.

Até mesmo o foco da operação Lava-Jato contra grupos empresariais de predomínio de capital nacional se explica por esse diapasão.

A democracia, no sentido de democracia representativa e de direitos políticos conquistados por meio de lutas sociais ao longo dos séculos XIX e XX, vem sendo intensamente atacada. Há uma verdadeira “demofobia” em curso, na qual estão muito fortes a ideologia antipartidária, a criminalização da política e seu correlato endeusamento da iniciativa privada e do mercado.

As recentes ações, judiciais, policiais e policiaescas, algumas delas por iniciativa de grupos da sociedade civil, de censura a obras de artes e de cantores se inserem nesse contexto de retrocessos políticos. Projetos como “Escola sem partido” são peças cabais dessa ofensiva antidemocrática.

O desenvolvimento econômico e social, sem o qual não há como ampliar direitos, aumentar postos de trabalho, notadamente os de emprego formal, está, evidentemente, seriamente comprometido. O chamado mercado não será o indutor de desenvolvimento. O Estado (que é, estruturalmente, junto com o mercado, como disse José Chasin em seus estudos sobre a “via colonial de objetivação do capital no Brasil”, polo institucional do circuito do capital) é parte constitutiva a esse desenvolvimento. Abdicar de instrumentos de política econômica, como o que está feito pelos golpistas com o BNDES e se desenha, fortemente, com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, corresponde a um comprometimento, por décadas, dessa perspectiva.

A pedra angular desse movimento diz respeito à ofensiva sobre direitos sociais, numa sequência muito clara de peças: a Emenda Constitucional de congelamento dos gastos públicos com as áreas sociais, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária.

A tudo isso a esquerda precisa contrapor objetivos e articulação adequados.

Em termos de objetivos, o PCdoB defende que se busque um novo projeto de desenvolvimento nacional, cuja essência deve ser anti-imperialista, anti-latifundiária e anti-oligarquia financeira, centrado, sinteticamente, nestes pontos<sup>8</sup>:

---

<sup>8</sup> Todos estes itens são extraídos da referência PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Novo projeto nacional, caminho para o socialismo no Brasil”, In: ---, *Programa* (itens 33 a 55). São Paulo, 2017, e serão indicados, abaixo, com “Item PNDN...”.

1. “O fortalecimento e a defesa da Nação. União de interesses nacionais em conjugação com as reivindicações sociais e a ampla participação democrática do povo. Isto se manifesta numa ação comum nacional contra os intentos de dominação imperialista na região, na luta para vencer a dependência econômico-financeira, científica e tecnológica e cultural. Na definição e execução de uma estratégia de defesa nacional que assegure ao país a soberania sobre seu extenso território. De desenvolvimento nacional associado aos seus vizinhos sul e latino-americanos que abra perspectiva para uma nova formação política, econômica e social avançada em todo o continente”<sup>9</sup>.
2. “Suspensão e reversão das concessões e privatizações decididas durante o governo usurpador, incluindo a venda de ativos das empresas estatais e os leilões das áreas de pré-sal”<sup>10</sup>.
3. “Recuperar a política de investimentos em ciência, tecnologia e inovação como instrumento indispensável ao desenvolvimento soberano do país”<sup>11</sup>.
4. “Aplicar a Política Nacional de Defesa (lançada em 2012 pela presidenta Dilma), modernizando as forças armadas e fortalecendo a indústria nacional de defesa”<sup>12</sup>.
5. “Ampla liberdade política para o povo. Combinação entre democracia representativa e democracia direta, ampla participação e consulta popular na decisão dos temas de grande interesse nacional. Inovação institucional com o financiamento público de campanhas eleitorais e voto no partido. Rigoroso zelo com o patrimônio e os recursos públicos. Garantir os serviços públicos de qualidade. Democratização do Poder Judiciário, assegurando acessibilidade de uma justiça ágil ao povo e controle externo para garantir gestão eficaz. Implantação das ouvidorias para criar canais de participação popular. Fixar mandato para ministros do Supremo Tribunal Federal, acabando com a vitaliciedade e possibilitando alternância. Fortalecer as Forças Armadas enquanto instituições comprometidas com a ordem democrática e indispensáveis para defender a soberania nacional. Garantia do direito à comunicação, com a abertura de acesso gratuito aos meios de comunicação de massa, em prol dos partidos e dos movimentos sociais. Regime federativo que permita associar os três níveis da Federação em iniciativas e planos conjuntos”<sup>13</sup>.

---

<sup>9</sup> Item PNDN 40.

<sup>10</sup> Item PNDN 9.

<sup>11</sup> Item PNDN 19.

<sup>12</sup> Item PNDN 20.

<sup>13</sup> Item PNDN 41.

6. “Nação desenvolvida, potência energética, com progresso da ciência, da tecnologia e da inovação. (...) O planejamento deve englobar decisões de uma política econômica expansiva, de ampliação e fortalecimento do mercado interno e das empresas nacionais. Construção de uma base industrial voltada para a produção de maior valor agregado e de instituições e regras que criem um sistema avançado de inovação tecnológica permanente. Definição de marcos regulatórios conforme as regiões de exploração agrícola. Destinar terras para a exclusiva produção de alimentos; o plantio dos elementos agrícolas para produção de energia; e a conservação e utilização científica da biodiversidade, especialmente, na indústria farmacêutica”<sup>14</sup>.
7. “Reversão da atual transferência de renda da esfera do trabalho para o capital. Democratizar o sistema de relações sociais do trabalho, a partir de aperfeiçoamento e atualização da CLT e com a garantia plena da organização sindical desde o local de trabalho. Luta por mais empregos, melhores salários; salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres; pelo respeito e ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários; pela formalização do mercado de trabalho; e, sobretudo, pela redução constitucional da jornada de trabalho sem redução salarial, com base nos avanços da produtividade do trabalho”<sup>15</sup>.
8. “(...) promoção da igualdade social para que avance a construção de uma sociedade solidária e humanista. Luta prioritária contra o racismo e por políticas de promoção da igualdade social para os negros; proteção, harmonização, efetivação e garantia dos direitos das etnias indígenas. O Estado combaterá as opressões e discriminações que desrespeitem a liberdade religiosa, e a livre orientação sexual. Garantia dos direitos de crianças, adolescentes, jovens e idosos, e políticas de acessibilidade universal para as pessoas com deficiência. Tratamento das tensões e diferenças no âmbito do povo sempre em prol do fortalecimento da unidade da Nação”<sup>16</sup>.
9. “A emancipação das mulheres é obra da luta em primeiro lugar delas próprias. Entretanto, a transformação nas relações entre gêneros e a igualdade integral de direitos, na lei e na vida, necessitam do empenho da sociedade. Assegurar tais

---

<sup>14</sup> Item PNDN 42.

<sup>15</sup> Item PNDN 43.

<sup>16</sup> Item PNDN 44.



direitos na esfera do trabalho, da educação e saúde, e adotar políticas públicas de combate à violência praticada contra as mulheres”<sup>17</sup>.

10. “Superar a concepção dos defensores tanto da exploração predatória (segundo a qual o crescimento econômico é tudo e a proteção ambiental, nada) quanto do “santuário”, ou seja, o preservacionismo estático da natureza, que paralisa o desenvolvimento. Combate ao desmatamento, defesa da fauna, dos recursos hídricos. Planejamento do uso e ocupação do solo, zoneamento econômico-ecológico e estímulo ao uso de energias renováveis. Proteção de todos os biomas do país, com destaque para a Amazônia. É necessário assegurar o equilíbrio ecológico e promover o desenvolvimento socioeconômico que garanta ao povo trabalho e vida digna”<sup>18</sup>.
11. “Luta permanente por sua afirmação e florescimento. Enfrentamento da pressão ideológica que atua para impor uma hegemonia cultural e ideológica estrangeira, em tudo distinta do salutar intercâmbio entre os povos. Garantir o fomento às linguagens artísticas e expressões culturais. Preservar o patrimônio histórico material e imaterial de todas as regiões e manifestações culturais do país. Fortalecer a identidade e a diversidade cultural do povo brasileiro, com políticas que gerem autonomia, protagonismo e liberem sua capacidade criativa. Reforço das instituições públicas que defendam, fomentem e difundam a produção cultural e artística brasileira, fortalecendo o Sistema Nacional de Cultura, garantindo orçamento vinculado em todos os níveis de governo e promovendo o planejamento estratégico para o setor. Assegurar o acesso a bens e serviços culturais como questão central da cidadania. Incorporar o saber, a criatividade, a inovação e o conhecimento como base da economia brasileira do século XXI e dos séculos vindouros, mantendo uma política de Estado para robustecer a indústria cultural brasileira e assegurar o crescimento do mercado interno”<sup>19</sup>.
12. “Política externa independente, correspondente a um novo lugar e um novo papel progressista do Brasil no mundo em que prevaleçam os valores de cooperação, convivência democrática, direito internacional, defesa da paz e da solidariedade com os povos e nações. Integração solidária da América do Sul, parcerias estratégicas

---

<sup>17</sup> Item PNDN 46.

<sup>18</sup> Item PNDN 47.

<sup>19</sup> Item PNDN 48.

com Estados semelhantes e diversificação do comércio exterior com prioridade para as relações Sul-Sul”<sup>20</sup>.

13. “Combater a enorme injustiça social do país, tendo como diretriz que cada cidadão tenha os mesmos direitos e condições para o seu desenvolvimento. Para superar progressivamente a pobreza, assegurar às pessoas marginalizadas um conjunto básico de recursos e direitos sociais. Continuidade e expansão de reformas estruturais democráticas que elevem o denominador comum de direitos e qualidade de vida”<sup>21</sup>.
14. “O crescimento econômico acelerado e duradouro requer uma elevação substancial dos investimentos. Isso só será possível com a inversão da lógica rentista predominante em uma nova concepção desenvolvimentista. Essa demanda exige uma reforma do Sistema Financeiro Nacional, tendo por objetivo fortalecer continuamente o sistema público financeiro como polo bancário fundamental para o desenvolvimento nacional; vincular a ação do Banco Central do Brasil ao objetivo do desenvolvimento; direcionar o sistema bancário comercial para o financiamento, em especial de longo prazo, dos investimentos de grande massa de empresas”<sup>22</sup>.
15. “Reforma tributária progressiva que tribute mais os detentores de fortunas, riquezas e rendas elevadas. Especial tributação sobre a especulação e o rentismo. Desoneração da produção e do trabalho. Tributação direcionada para a redução das desigualdades regionais e sociais. Fim dos privilégios socioeconômicos dos setores dominantes, hoje menos tributados que a maioria assalariada”<sup>23</sup>.

O PCdoB entende que a articulação necessária a tais objetivos, dada a presente conjuntura, exige a formação de uma frente ampla, não apenas de esquerda. É verdade que existem dificuldades objetivas a tanto, como, por exemplo, a ampla adesão do empresariado, praticamente em todas suas frações, à reforma trabalhista. Entretanto, há de se buscar tal frente, sob pena de a esquerda ficar num isolamento que pavimentará, por tempo significativo, sua derrota.

Um programa como o mencionado (PNDN) não pode perder de vista a centralidade da luta de classes. Pautas chamadas identitárias, ou de articulação de múltiplas lutas em face de diferenças, precisam ser levadas adiante, mas, do meu ponto

---

<sup>20</sup> Item PNDN 49.

<sup>21</sup> Item PNDN 50.

<sup>22</sup> Item PNDN 51.

<sup>23</sup> Item PNDN 53-d.

de vista, sem que se perca a noção do lugar da luta de classes na sociedade civil, na sociedade política e no sistema político. István Mészáros sustentou, como poucos, a necessidade de não se elevar à condição de “questão única” nenhuma dessas pautas, a fim de que não se perca de vista o desafio mais geral, o da transformação da totalidade social, para o que a superação do “reino da necessidade” é condição *sine qua non*, ainda que, por suposto, permaneça em aberto “o reino da liberdade” e seus desafios (Karl Marx).

G. Lukács, no prefácio a uma obra de Ágnes Heller<sup>24</sup>, ainda em sua fase marxista, sustentou que a vida cotidiano segue numa infintude de “ses e mas”, mas que, em períodos de crise revolucionária, essa infinitude se enfeixa em três ou quatro palavras de ordem que podem colocar em movimento forças aptas a transformações decisivas. Esse me parece ser o caso, ainda que com contornos de caminho, não de rumo estratégico, da defesa da nação, da democracia, do desenvolvimento e de direitos sociais.

---

<sup>24</sup> HELLER, Ágnes. *Sociología de la vida cotidiana*. 4 ed. Barcelon: Ediciones Peninsula, 1994.